# IVLEIBNIZ

## 1. Princípios (§§31–37)

* Segundo Leibniz (§31), “os nossos raciocínios estão fundados em dois grandes princípios”:
	+ O Princípio da Contradição (PC)
	+ O Princípio da Razão Suficiente (PRS)
* Leibniz distingue “duas espécies de verdades” (§33): as de raciocínio (ou da razão) e as de facto:
	+ “As verdades de raciocínio são necessárias e o oposto é impossível”;
	+ “As de facto são contingentes e o seu oposto é possível.”

### 1.1. O Princípio da Contradição

* De acordo com PC (§31) “julgamos falso o que implica contradição e verdadeiro o que é oposto ou contraditório com o falso.”
* Na verdade, PC conjuga dois princípios:
	+ O Princípio da Não-Contradição (chamemos-lhe assim) (PNC):
		- As contradições são falsas.
		- Não é verdade que P&~P: uma destas duas proposições é falsa.
	+ O Princípio do Terceiro Excluído (PTE):
		- Uma proposição é verdadeira ou falsa.
		- É verdade que Pv~P: uma destas duas proposições é verdadeira.
* Leibniz estava consciente disto:
	+ “Isto [o princípio da contradição] contém duas asserções: primeiro, que a verdade e a falsidade são incompatíveis numa única proposição, i.e. que uma proposição não pode ser simultaneamente verdadeira e falsa; em segundo lugar, (…) que não há nada de intermédio entre o verdadeiro e o falso, ou melhor, que não pode acontecer que uma proposição não seja verdadeira nem falsa.” (*NE*, 362)
* Por PNC, identificamos certas falsidades.
* Por PTE, afirmamos como verdadeiras as negações dessas falsidades.
* A razão, explicação ou justificação das verdades da razão pode ser descoberta através de *análise* conceptual.
	+ Todas as verdades da razão são redutíveis a princípios primitivos ou “identidades”.
	+ Negar esses princípios seria infringir PC: incorrer numa contradição.
	+ PC permite-nos assim explicar ou justificar as verdades da razão.
* Isto é explicado em §§33-35:
	+ “Quando uma verdade é necessária pode encontrar-se a sua razão pela análise, resolvendo-a em ideias e em verdades mais simples até se chegar às primitivas.”
	+ “É assim que os matemáticos reduzem os teoremas de especulação e as regras da prática, através da análise, às definições, axiomas e postulados.”
	+ “Enfim, há ideias simples cuja definição não se pode dar; há também axiomas e postulados ou, numa palavra, princípios primitivos que não poderiam ser provados e que também não têm necessidade de sê-lo; são as enunciações idênticas, cujo oposto contém uma contradição expressa.”
* Um exemplo simples de redução a uma identidade:
	+ 2+2=4
	+ Dado que 2=1+1 e 4=1+1+1+1, ficamos com:
	+ 1+1+1+1=1+1+1+1

### 1.2. O Princípio da Razão Suficiente

* PRS (§32): “consideramos que nenhum facto poderia ser verdadeiro ou existente, nenhuma enunciação verídica sem que haja uma razão suficiente para que isso assim seja e não de outro modo, ainda que estas razões as mais das vezes não possam ser conhecidas por nós”.
* PRS será simplesmente uma máxima metodológica? (O “consideramos” poderá sugerir isso.)
	+ “Devemos estar sempre dispostos a procurar explicações dos acontecimentos” ou algo do género.
* Ou será um princípio metafísico?
	+ Tudo o que acontece tem uma razão que o explica suficientemente.
		- Exclui-se: A ocorreu sem uma razão; A ocorreu em vez de B por um acaso bruto, inexplicável.
* PRS como princípio metafísico é mais controverso, mas é assim que Leibniz parece entendê-lo:
	+ “O princípio fundamental do raciocínio é que não existe nada sem uma razão; ou, para explicar a questão mais distintamente, que não há uma verdade para a qual não subsista uma razão”. Em “Consequências Metafísicas de um Princípio da Razão”.
* Como justificar PRS? Será uma verdade da razão, justificável a partir de PC?
	+ Nesse caso, negar PRS seria incorrer numa contradição.
	+ Mas qual?
	+ Talvez Leibniz o considerasse um princípio primitivo, que não precisa de prova.
* É por PRS que justificamos as verdades contingentes ou de facto:
	+ §36: “Mas a razão suficiente deve encontrar-se também nas verdades contingentes ou de facto, isto é, na série das coisas que se encontram repartidas pelo universo das criaturas, onde a resolução em razões particulares poderia ser levada a um detalhe sem limites devido à variedade imensa das coisas da Natureza e à divisão dos corpos ao infinito. Há uma infinidade de figuras e movimentos presentes e passados que entram na causa eficiente da minha presente escrita e há uma infinidade de pequenas inclinações e disposições da minha alma, presentes e passadas, que entram na causa final.
	+ §37: “E como todo este detalhe envolve ainda outros contingentes anteriores ou mais detalhados, dos quais cada um tem ainda necessidade de uma análise semelhante para lhe conferir razão, nunca mais se avança na análise; e é preciso que a razão suficiente ou última esteja fora da sequência ou séries deste detalhe dos contingentes por mais infinito que ele possa ser.
* Ou seja:
	+ A razão de uma verdade de facto/contingente não pode ser descoberta através de um processo *finito* de análise.
	+ Mas tem de haver sempre uma razão para algo ter ocorrido assim e não de outra forma.
	+ Essa razão terá de ser encontrada fora da série de coisas contingentes.

### 1.3. O Princípio da Identidade dos Indiscerníveis

* Este princípio, PII, tem um papel importante no sistema de Leibniz.
	+ (Para qualquer propriedade F) (Fx ↔ Fy) → x=y.
	+ Ou seja, se x e y têm exactamente as mesmas propriedades, então x é y.
	+ Ou seja (por contraposição), se x não é y, então x e y não têm exactamente as mesmas propriedades.´
	+ Não podem existir indiscerníveis (coisas qualitativamente iguais) que sejam (numericamente) diferentes.
* Justificação a partir de PRS (em “Verdades Primárias”):
	1. Suponha-se que existem dois indivíduos indiscerníveis, a e b, no nosso mundo, M.
	2. Se isto for verdade, tem de haver um mundo possível, M\*, em que a e b estejam “trocados”.
	3. Mas, se isto acontecer, Deus não poderá ter qualquer razão para preferir M a M\*.
	4. **Mas Deus tem de ter sempre uma razão para agir como age.**
	5. Portanto, a suposição inicial tem de ser falsa: não podem existir *dois* indivíduos indiscerníveis no nosso mundo.

## 2. Deus (§§38-46)

* Leibniz tenta provar a existência de Deus de dois modos:
	+ *A posteriori*: argumento cosmológico, baseado em PRS
	+ *A priori*: argumento das verdades eternas; argumento ontológico

### 2.1. O argumento cosmológico (§§38-39)

* Qualquer facto contingente é, até certo ponto, explicável em termos de outros factos contingentes.
* Mas esses outros factos contingentes também precisam de ser explicados.
* Assim, não podemos ficar por:
	+ Uma regressão infinita: uma série infinita de factos contingentes.
	+ Uma série finita que termina num facto contingente.
* A explicação última tem de residir, então, *fora* da série de factos contingentes.
* E essa “razão última das coisas” não pode ser uma mera contingência.
* Portanto, tem de ser “uma substância necessária”: uma substância que existe necessariamente.
* Essa substância é Deus.
	+ §§38, 39:
		- “…é preciso que a razão suficiente ou última esteja fora da sequência ou séries deste detalhe dos contingentes por mais infinito que ele possa ser.
		- “E é assim que a razão última das coisas deve estar numa substância necessária, na qual o detalhe das mudanças não esteja senão eminentemente, como na origem: e é o que chamamos Deus”.
	+ E, por PRS, basta *um* Deus. (§39)

### 2.2. O argumento das verdades eternas (§§43-44)

* “É igualmente verdade que em Deus está não somente a fonte das existências, mas ainda a das essências, enquanto reais, ou que há de real na possibilidade. E isto é assim porque o Entendimento de Deus é a região das verdades eternas ou das ideias de que estas dependem, e sem ele nada de real haveria nas possibilidades; e não somente nada de existente, mas tão-pouco nada de possível.” (§43)
* “Porque é necessário que, se há uma realidade nas essências ou possibilidades ou nas verdades eternas, esta realidade seja fundada em algo de existente e actual; e, consequentemente, na existência do ser necessário, no qual a essência implica a existência ou no qual basta ser possível para ser actual.” (§44)
* Que argumento ou argumentos poderão estar aqui?
* Interpretação de R. Woolhouse: **argumento das verdades eternas**:
* Verdades eternas ou essenciais são, paradigmaticamente, verdades da geometria e da matemática.
* Contrariamente a Descartes, Leibniz não pensa que estas dependem da *vontade* de Deus.
	+ “não é preciso imaginar-se, como alguns, que as verdades eternas, sendo dependentes de Deus, são arbitrárias e dependentes da sua vontade, como Descartes parece tê-lo feito” (§46)
* Mas pensa que a sua existência depende do intelecto/entendimento de Deus.
* Assim, o seu argumento é o seguinte:
	+ Existem verdades eternas.
	+ As verdades eternas não poderiam subsistir a não ser que subsistissem no intelecto/entendimento de Deus.
	+ Logo, Deus existe.

### 2.3. O argumento ontológico (§45)

* “…só Deus (ou o ser necessário) tem este privilégio: se é possível, tem de existir necessariamente. E como nada pode impedir a possibilidade do que não contém nenhuns limites, nenhuma negação, e, consequentemente, nenhuma contradição, isto basta para conhecer a existência de Deus *a priori*.”

**O argumento ontológico modal**

* **Mundo possível** (MP): uma especificação completa de um modo como o Mundo/a Realidade poderia ter sido.
* **Verdade num MP**: Se num MP não existem cães, a proposição *Não existem cães* é verdadeira nesse MP.
* Uma proposição é **possivelmente verdadeira** sse é verdadeira em pelo menos um MP.
* Uma proposição é **necessariamente verdadeira** sse é verdadeira em todos os MP.
* Um **ser necessário** é um ser que existe em todos os MP.
* Um ser **tem uma propriedade essencialmente** sse tem essa propriedade em todos os MP em que existe.
	+ Um ser perfeito (isto é, um ser que tem todas as perfeições essencialmente) não é impossível.
	+ A existência necessária é uma perfeição.
		- Logo, um ser perfeito existe.
* O argumento é válido: a conclusão segue-se das premissas.
* Pela primeira premissa, há um MP no qual existe um ser perfeito.
* Pela segunda premissa, nesse MP esse ser tem a propriedade da existência necessária.
* Mas, se tem a propriedade da existência necessária nesse MP, então existe em *todos* os MP.
* E, se existe em todos os MP, então existe no mundo actual.
* Portanto, existe um ser prefeito.

**O problema de Leibniz**

* **Mas será que um ser perfeito é realmente possível?**
* Isso pode parecer óbvio. Mas não é!
* Considere-se um “knowno”: o conceito de um ser que *sabe* que não há um ser perfeito.
* Será que um *knowno* é possível? Também pode parecer óbvio que sim.
* **Mas, se um *knowno* é possível, então um ser perfeito é impossível.**
	+ Se um *knowno* é possível, então há um MP onde existe um ser que sabe que não há um ser perfeito.
		- Mas o conhecimento é factivo: se S sabe que *p*, então *p*.
	+ Assim, nesse MP, é verdade que não há um ser perfeito.
	+ E se um perfeito fosse possível, então existiria em todos os MP.
* Em suma, pode parecer óbvio que tanto um ser perfeito como um *knowno* são possíveis.
* Mas isto não é verdade.
* Portanto, um teísta terá de justificar a possibilidade de Deus — Leibniz reconheceu isto.
* Leibniz aceita o argumento ontológico de Descartes, mas entende (bem!) que este depende de um pressuposto:
	+ Deus é um existente possível.
	+ O conceito de Deus não envolve uma contradição.
* Há, pois, que provar que Deus é possível.
	+ Será *possível* um ser sumamente perfeito?
* Esse ser tem todas as perfeições.
* As perfeições são qualidades *simples* que são *positivas* e *absolutas*.
	+ Uma qualidade simples não é analisável em termos de outras.
	+ Uma qualidade positiva não é simplesmente a negação de outra.
	+ Uma qualidade absoluta não tem limites.
	+ Qualidades com estas características:
		- Omnipotência
		- Omnisciência
		- Suma bondade
* Ora, “nada pode impedir a possibilidade do que não contém nenhuns limites, nenhuma negação”.
* Portanto, o conceito de Deus não envolve uma contradição.
* Ou seja, Deus é um existente possível.
* Ou seja, a ideia de um ser sumamente perfeito é coerente.
* E esse ser tem de existir, dado que a existência é uma perfeição.
* Portanto, Deus existe necessariamente.

### 2.4. Princípio do Melhor

* As verdades necessárias não dependem da vontade de Deus.
* Mas as contingentes dependem: o seu princípio é a “conveniência ou a escolha do melhor”. (§46)
	+ Este princípio decorre de PRS.

## 3. Mónadas (§§1-30)

### 3.1. Substância

* §1: o conceito de mónada: as mónadas (ou enteléquias) são as **substâncias simples**, sem partes.
* O que entende Leibniz por “substância”? As substâncias:
	+ São independentes e subjazem às outras coisas — *ens per se*.
	+ São sujeitos de predicados e não são predicados de outra coisa.
	+ Podem perder e adquirir qualidades.
	+ São aquilo que tem **unidade**:
		- Contraste entre *unum per se* (unidade em si), como um peixe ou uma árvore, e *unum per accidens* ou um *ens per aggregationem* (unidade acidental ou um ser agregado), como um cardume ou um amontoado de tábuas.
		- Associação à **indivisibilidade** e **indestrutibilidade**: “a unidade substancial exige um ser completo indivisível, que é indestrutível por meios naturais” — isto aplica-se às mónadas.
	+ São aquilo que tem **actividade**:
		- “um ser que subsiste por si mesmo é aquele que tem um princípio de acção em si mesmo”: é a causa dos seus próprios estados.
* Rejeição da concepção cartesiana de substância corpórea:
	+ Se há substâncias corpóreas, a sua natureza não pode residir na extensão.
	+ Pois as substâncias têm de ser indivíduos unificados e indivisíveis.
	+ Mas os corpos, as coisas extensas, são sempre divisíveis.
	+ Por isso, nada pode ser uma substância em virtude de ser extenso.
	+ “se o corpo é uma substância, e não (…) um ser unificado por acidente ou agregação, não pode consistir em extensão”.
	+ Se um corpo é uma substância, a sua substancialidade tem de vir de algo que lhe dê unidade — e isso não pode ser a mera extensão.
		- De quê? De “algo relacionado com almas”. DM12
* Por fim, as substâncias são **seres completos**.
* Uma substância é aquilo que tem propriedades, atributos ou predicados. Mas o que é isso de “ser verdadeiramente/correctamente atribuído a um sujeito particular?” (DM8)
* Uma proposição que atribui um predicado a um certo sujeito (e.g. Alexandre é saudável) é **verdadeira** (atribui verdadeira ou correctamente o predicado ao sujeito) em virtude de o predicado (ou melhor, a propriedade) estar *incluído/contido* no sujeito.
	+ “quem compreenda a noção do sujeito perfeitamente também julgará que o predicado lhe pertence”. (DM8)
	+ Isto é o Princípio do Predicado-na-Noção (PPN)
* Chega-se assim a uma concepção de substância peculiar:
	+ Uma substância individual é algo que tem uma noção “tão completa que inclui ou implica todos os predicados do sujeito a que essa noção é atribuída” (DM8)
* Ou seja, uma substância não é apenas um sujeito de predicados. É algo que contém *todos* os predicados de que é sujeito.
* O conceito de rei, por exemplo, não é o conceito de uma substância ou ser completo.
	+ Os reis têm dois filhos? São casados? Isto é indeterminado.
* Mas o conceito de Alexandre, por exemplo, é o conceito de uma substância ou ser completo.
	+ Para *qualquer* predicado que faça sentido atribuir-lhe, há uma verdade determinada quanto a ele ter ou não ter esse predicado.
	+ Mais: Alexandre já era um ser completo e inteiramente determinado à nascença.
* As mónadas são **substâncias simples**: não têm partes.
* Combinadas com um corpo, constituem uma **substância composta**.

### 3.2. A existência e a natureza das mónadas

* §2: a existência das mónadas:
	+ “como há compostos, é necessário que haja substâncias simples; porque um composto não é outra coisa senão um amontoado ou agregado de simples”
* Mas por que haveremos de considerar que os compostos são agregados de simples?
* Leibniz numa carta:
	+ “Uma coisa que pode ser dividida em várias é um agregado de várias e (…) não tem realidade para lá daquela que lhe emprestada pelos seus constituintes. Daqui infiro que têm de existir nas coisas unidades indivisíveis, pois de outra forma não haveria nas coisas nenhuma verdadeira unidade, e nenhuma realidade a tomar de empréstimo.”
* Ser real é ter *unidade*. E a unidade implica indivisibilidade. Portanto, só há realidade se existirem coisas indivisíveis (sem partes, *simples*.)
* §3: as mónadas não são físicas: “onde não há partes, não há extensão, nem figura, nem divisibilidade possível.” As mónadas, “os verdadeiros átomos da natureza”, têm uma natureza mental.
* §§4-6: duas características negativas das mónadas:
	+ Não estão sujeitas à dissolução/corrupção natural (pois não podem perder partes), nem podem ser geradas naturalmente (pois não podem ser formadas por composição).
		- Corolário positivo: só podem começar por criação e acabar por aniquilação: em virtude do poder de Deus.
* §7: outra característica negativa: as mónadas não têm janelas:
	+ Não adquirem as suas qualidades por influência exterior de outras coisas criadas.
	+ Recorde-se: uma substância é um ser completo: todas as qualidades de uma substância estão contidas nela própria.
		- Portanto, não são *transferidas* de outra coisa criada.
* §§8-9: as mónadas têm de ter qualidades
	+ Pois de outra forma não seriam seres.
	+ PII: não há mónadas iguais, que tenham exactamente as mesmas qualidades *intrínsecas*.
* §10-13: as mónadas mudam
	+ Sendo criadas, estão sujeitas à mudança.
	+ E mudam continuamente.
	+ As mudanças numa mónada resultam de um “princípio interno”, dado que “não têm janelas”.
	+ Tem de haver complexidade na mudança (“um detalhe do que muda”): uma mónada tem de ter muitas qualidades e de mudar em *muitos aspectos*, pois só assim obteremos “a especificação e a variedade das substâncias simples”.

### 3.3. Percepção e apetição

* Três tipos de mónadas:
	+ Almas racionais
	+ Almas animais
	+ Mónadas nuas
* Todas as mónadas têm **percepção**: é essa a sua actividade básica:
	+ Cada uma delas “representa uma multiplicidade na unidade”. (§14)
	+ Representa o quê?
		- Na verdade, o universo inteiro.
		- Mas não todos os aspectos do universo com a mesma nitidez.
		- Cada mónada espelha o universo inteiro *do seu próprio ponto de vista*.
		- O estado perceptivo de uma mónada consiste não só em elementos relacionados como o seu próprio passado e futuro, mas também em elementos que correspondem aos estados perceptivos de todas as outras mónadas.
* As mónadas nuas não têm percepção consciente.
* Uma alma animal tem sensações e memórias: uma percepção consciente.
* Uma alma racional tem apercepção: consciência de si: consciência das suas próprias percepções.
* **A percepção é inexplicável mecanicamente: o moinho no §17.**
	+ Leibniz chega aqui ao chamado “problema difícil da consciência”.
	+ Numa formulação recente, de David Chalmers:
* In *Facing Up to the Problem of Consciousness*:

|  |  |
| --- | --- |
| **“** | It is undeniable that some organisms are subjects of experience. But the question of how it is that these systems are subjects of experience is perplexing. Why is it that when our cognitive systems engage in visual and auditory information-processing, we have visual or auditory experience: the quality of deep blue, the sensation of middle C? How can we explain why there is something it is like to entertain a mental image, or to experience an emotion? It is widely agreed that experience arises from a physical basis, but we have no good explanation of why and how it so arises. Why should physical processing give rise to a rich inner life at all? It seems objectively unreasonable that it should, and yet it does. |

* Além de percepção, as mónadas têm **apetição**: “o princípio interno que faz a mudança ou passagem de uma percepção a outra”. (§15)
	+ Ou seja, a apetição é o poder de transitar de um estado perceptivo para outro.

## 4. Mundos (§§47-48, 53-59)

### 4.1. De Deus ao melhor dos mundos

* Deus é a “substância simples originária” que produz “todas as mónadas criadas ou derivativas”.
	+ Estas nascem de “fulgurações contínuas da Divindade de momento a momento”. (§47)
* Atributos absolutamente infinitos ou perfeitos de Deus (§48):
	+ Potência (fonte de tudo)
	+ Conhecimento (contém o detalhe das ideias)
	+ Vontade (faz as mudanças segundo o Princípio do Melhor)
* Estes atributos também estão presentes nas mónadas criadas, só que “à medida da perfeição que contêm”.
* Há uma infinidade de universos possíveis e, “como não pode existir senão um só, é preciso que haja uma razão suficiente da escolha de Deus”. (§53)
* Que razão há-de ser essa? Ela encontra-se na “conveniência ou nos graus de perfeição que estes mundos contêm”. (§54)
	+ E a perfeição de um mundo não depende da vontade de Deus. (DM2)
* E é esta a causa da “existência do melhor” (§55): este é o melhor dos mundos possíveis, o que decorre da sabedoria, do poder e da bondade de Deus.
	+ Veja-se também DM3.
* Por que razão há-de existir *o* melhor mundo possível?
	+ Se existissem *vários* melhores mundos possíveis, Deus não teria razões para escolher actualizar um deles em detrimento dos outros.
	+ E, assim, não actualizaria nenhum.

### 4.2. O melhor mundo metafisicamente

* O que faz deste o melhor mundo metafisicamente?
* Em que consiste a perfeição metafísica de um mundo?
	+ “Deus escolheu o que é mais perfeito, quer dizer, o que é mais simples em hipóteses e, ao mesmo tempo, mais rico em fenómenos”. (DM6)
	+ Tanta “perfeição quanto se possa” = “tanta variedade quanto a possível e com a maior ordem que se possa”. (§58)
	+ A perfeição metafísica de um mundo resulta, então, de dois factores:
		- Simplicidade ou ordem;
		- Variedade.
	+ Um mundo é perfeito na medida em que, da maneira mais **simples**, se obtém uma maior variedade de efeitos.
	+ Em §§56, 57: a melhor conciliação de **ordem** com variedade existe num universo em que cada mónada é “um espelho vivo e perpétuo do universo”.
* Toda a variedade natural, então, terá sido produzida da forma mais simples.
	+ Este princípio orienta a actividade científica.
* E os milagres? Não são adversos à perfeição?
	+ “os milagres estão de acordo com a ordem geral, embora sejam contra as máximas subalternas” (DM7)
* A simplicidade e a diversidade não “puxam” para sentidos opostos?
	+ Na comparação de Deus com um arquitecto (DM5), sugere-se que sim.
	+ Nesse caso, não existirão vários melhores mundos possíveis?

### 4.3. O melhor mundo moralmente

* O que faz deste o melhor mundo moralmente?
	+ O “**desígnio** do mundo moral ou da cidade de Deus (…) deve ser o de nele difundir o máximo de felicidade que seja possível”. (DM36)
	+ Este é o melhor mundo, então, em virtude de maximizar a **felicidade** dos seres racionais.
* A felicidade, segundo Leibniz, é um estado de prazer.
* Mas o prazer é concebido como “o sentimento de uma perfeição ou de uma excelência”.
	+ Temos, então, um hedonismo perfeccionista.
	+ Os prazeres que resultam “do conhecimento (…) da ordem e da harmonia são os mais valiosos”. (NE194)
	+ O “exercício da virtude” também é uma fonte dos prazeres mais importantes: a vontade de cada um deve dirigir-se para o “bem comum”.
* Não haverá conflito entre perfeição metafísica e perfeição moral?
	+ Leibniz alega que não:
		- “O mundo é um cosmos cheio de ornamento (…) feito de tal forma que proporciona a maior satisfação a um ser inteligente”. (Verdades Primárias, 146)

### 4.4. Teodiceia

* “Se este é o melhor dos mundos possíveis, como hão-de ser os outros?” Voltaire.
* Leibniz distingue três tipos de mal:
	+ Metafísico: “mera imperfeição”
	+ Físico: sofrimento
	+ Moral: pecado
* O melhor mundo possível tem mal metafísico:
	+ As coisas criadas não são metafisicamente perfeitas.
	+ Se fossem, seriam todas iguais: o que é impossível pela identidade dos indiscerníveis; além disso, perder-se-ia a diversidade.
	+ Se as coisas criadas fossem metafisicamente perfeitas, seriam como Deus.
	+ Existiriam necessariamente – e, portanto, não poderiam ser criadas.
* Mesmo o melhor mundo possível é metafisicamente imperfeito.
	+ Na verdade, qualquer mundo possível é metafisicamente imperfeito.
* Do mal metafísico resultam os outros males.
	+ A imperfeição das criaturas racionais leva-as a pecar.
	+ Do mal moral resulta muito do mal físico.
* Mas por que não um mundo só com mal metafísico?
	+ Num mundo assim, não existiriam criaturas racionais: e isso seria mau, dado que a existência de criaturas racionais tem um grande valor.
* Deus e o mal físico e moral:
	+ O *fim* de Deus não é produzir estes tipos de mal.
	+ Deus *permite* o mal moral: esse mal é, digamos, um efeito colateral do seu desígnio.
	+ Deus *produz/quer* algum do mal físico: mas apenas como um *meio* para evitar um mal maior ou para produzir um maior bem.

* Leibniz alega que, em virtude das nossas limitações cognitivas, não podemos perceber exactamente como muito do mal existente se justifica. (Veja-se §90.)

### 4.5. Liberdade divina

* Será que Deus escolhe *livremente* actualizar o melhor dos mundos possíveis?
	+ Sim, pois uma escolha livre pode estar determinada: Leibniz é um compatibilista: livre-arbítrio é compatível como determinismo.
* O que é essencial numa escolha livre? (*Teodiceia*)
	+ Espontaneidade
	+ Inteligência
	+ Contingência
* Espontaneidade: é o próprio agente que determina a acção; faz aquilo que *ele próprio* quer,
	+ Não há espontaneidade quando o agente é *forçado* a agir de determinada forma em virtude de constrangimentos exteriores.
* Inteligência: o agente é capaz de deliberar, fazendo um juízo quanto ao melhor curso de acção.
	+ Os animais, não tendo esta capacidade, não têm livre-arbítrio.
* Contingência: o agente dispõe de cursos *alternativos* de acção.
	+ Já está pressuposta na escolha do *melhor* curso de acção.
* A escolha de actualizar o melhor mundo possível é livre porque:
	+ Resulta da espontaneidade de Deus;
	+ Envolve uma avaliação de cursos de acção alternativos;
	+ Existem cursos de acção alternativos.
		- Mas fará sentido dizer que Deus *poderia* ter escolhido actualizar outro mundo possível?
* Também os agentes humanos, pensa Leibniz, têm livre-arbítrio.
* Mas só Deus é perfeitamente livre: só a sua vontade “segue sempre os juízos do entendimento”.
* Deus age por “necessidade moral”, isto é, segundo a *obrigação* de escolher *o melhor*.
* “Mas ser moralmente compelido pela sabedoria, estar obrigado a agir pela consideração do bem, é ser livre.”

## 5. Corpos (§§60-81)

### 5.1. Substâncias corpóreas

* O que pensa Leibniz acerca das substâncias corpóreas/materiais?
* Esta é uma das questões exegéticas mais difíceis, até porque Leibniz não parece ter tido uma posição estável sobre o assunto.

**Realismo**

* Substâncias corpóreas (plantas, animais, seres humanos) consistem numa forma/mónada e num corpo.
	+ Esse corpo, por sua vez, consiste noutras substâncias corpóreas.
	+ “Aceito que um corpo por si, sem alma, tem apenas uma unidade por agregação, mas a realidade que não deixa de possuir deriva das partes que o compõem – e que preservam a sua unidade substancial em virtude dos inúmeros corpos vivos que estão contidos nelas”.
	+ Chega-se assim ao panorganicismo: “toda a natureza está cheia de vida”.



**Idealismo**

* Substâncias corpóreas consistem numa mónada principal que “domina" um certo agregado de mónadas e compõe com elas uma “máquina orgânica”.
	+ Desse agregado resulta um corpo, que é um fenómeno.
	+ “Em rigor, a matéria não é composta por unidades constitutivas, mas resulta delas, dado que a matéria (…) não passa de um fenómeno baseado nas coisas, como um arco-íris”.
	+ Mas cada mónada subordinada tem também uma “máquina orgânica” — mantém-se assim o panorganicismo.

* Mesmo os corpos (superficialmente) inanimados — pedras, montes de tábuas — são fenómenos que resultam de agregados de mónadas.
* Ou, na interpretação/perspectiva realista: são agregados de substâncias que consistem numa forma/mónada e num corpo.
* Panorganicismo na *Monadologia*: §§66-70
* Perplexidade e sarcasmo de Voltaire:
	+ “Consegue realmente acreditar que uma gota de urina é uma infinidade de mónadas, e que cada uma delas tem ideias, por muito obscuras que sejam, do universo inteiro?”

### 5.2. Corpos e percepção

* As mónadas não se distinguem por aquilo que perpecionam ou representam, mas pelo modo como percepcionam.
	+ “Todas elas vão confusamente ao infinito, ao todo; mas estão limitadas e diferenciadas pelos graus das percepções distintas”. (§60)
		- Mas como é que as mónadas representam tudo?
		- Como surge esta diferenciação?
* Cada mónada “representa mais distintamente o corpo que lhe é afectado”. (§62) – resposta ao problema da diferenciação.
* Além disso, “como este corpo exprime todo o universo pela conexão de toda a matéria no pleno, a alma representa igualmente todo o universo representando este corpo que lhe pertence de uma maneira particular”. (§62) – cada mónada representa tudo em virtude de representar o seu corpo, que exprime todo o universo.

### 5.4. A relação entre mente e corpo

* Rejeição do interaccionismo cartesiano:
	+ Corpo e alma agem *como se* “um influísse sobre o outro”.
	+ Mas, na verdade, não existe interacção causal.

* Almas e corpos agem de acordo com leis distintas (§§78, 79):
	+ As almas, segundo as leis das causas finais: por apetites, fins e meios.
	+ Os corpos, segundo as leis das causas eficientes: leis do movimento.
	+ Mas há uma **harmonia pré-estabelecida** entre estes dois domínios.
* Crítica a Descartes (§80):
	+ Segundo Descartes, a alma (através da glândula pineal) pode mudar a direcção dos corpos.
	+ Pois isso não violará a lei da conservação do movimento: quantidade de movimento permanece constante.
	+ Mas, segundo Leibniz, essa actuação da alma violaria a lei da conservação da direcção total na matéria.

## 6. A ordem moral (§§82-90)

* As almas racionais (os espíritos) não são apenas espelhos vivos do universo:
	+ “são ainda imagens da própria divindade ou do próprio autor da natureza, capazes de conhecer o sistema do universo (…), cada espírito sendo como que uma pequena divindade no seu domínio”. (§83)
* Em virtude disto, temos uma relação privilegiada com Deus.
	+ Deus está para nós não apenas como um inventor está para a sua máquina, mas também como um príncipe está para os seus súbditos ou mesmo um pai para os seus filhos. (§84)
	+ E assim “a reunião de todos os espíritos deve constituir a Cidade de Deus, isto é, o mais perfeito estado possível sob o mais perfeito dos monarcas”. (§85)
	+ É nesta Cidade de Deus que reside “verdadeiramente a glória de Deus” (§86)
		- Sem ela a grandeza e a bondade de Deus não seriam conhecidas e admiradas.
		- Sem ela a bondade de Deus não se manifestaria.
* Existe uma harmonia perfeita “entre o reino físico da natureza e o reino moral da graça”: entre Deus como arquitecto da máquina do universo e Deus como monarca dos espíritos. (§88)
	+ Assim, na ordem natural, os agentes serão devidamente punidos pelos seus pecados.
	+ E recompensados pelas suas boas acções. (§§89, 90)